

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Secretaria-Geral****Despacho n.º 12778/2009**

Por despacho do Ministro da Administração Interna, de 24 de Abril de 2009, é concedida a Medalha de Mérito de Segurança Pública de 3.ª Classe, ao Sargento-Chefe de Infantaria n.º 1800981 — José Joaquim Lourenço, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio

8 de Maio de 2009. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.
201835252

Despacho n.º 12779/2009

Por despacho do Ministro da Administração Interna, de 24/04/2009, é concedida a Medalha de Mérito de Segurança Pública de 3.ª Classe, ao Sargento-Ajudante de Infantaria n.º 1801755 — Aniceto António Gil, do Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana, nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio

8 de Maio de 2009. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.
201835317

Despacho n.º 12780/2009

Por despacho do Ministro da Administração Interna, de 24/04/2009, é concedida a Medalha de Mérito de Segurança Pública de 3.ª Classe, ao Sargento-Chefe de Infantaria n.º 1810469, Manuel António da Conceição Martins, da Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana, nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio

8 de Maio de 2009. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.
201835406

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária**Aviso n.º 10263/2009**

A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dez assistentes técnicos, para as áreas funcionais de Apoio à Gestão, Prevenção Rodoviária e Processamento de Contra-ordenações.

A oferta terá as seguintes características:

Tipo de oferta: mobilidade interna.

Carreira: assistente técnico.

Total de postos de trabalho: 10.

Grau de complexidade: 2.

Áreas funcionais: apoio à Gestão, Prevenção Rodoviária e Processamento de Contra-ordenações.

Características do posto de trabalho: executar a partir de instruções concretas, trabalhos nos domínios das áreas de actuação do serviço, executar todo o procedimento de apoio genérico relativo a um ou mais domínios de actividades específicas da ANSR, dando prioridade às tarefas indispensáveis ao funcionamento do serviço.

Relação Jurídica: contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Requisitos preferências: experiência nas áreas de actividade acima mencionadas, conforme caracterização dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da ANSR.

As respostas deverão ser remetidas, no prazo de 15 dias úteis, a contar da data de publicação do presente anúncio, em requerimento dirigido ao Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Av. da República, n.º 16, 1069-055 Lisboa, com a menção expressa do vínculo e da categoria que possui, bem como do respectivo contacto telefónico nas horas de expediente, acompanhado do curriculum profissional.

20 de Maio de 2009. — O Presidente, *Paulo Nuno Rodrigues Marques Augusto*.

201828813

Polícia de Segurança Pública**Direcção Nacional****Departamento de Recursos Humanos****Despacho (extracto) n.º 12781/2009**

Nos termos do artigo 95.º e para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, torna-se público que a lista

de antiguidades, reportada a 31DEZ2008, do pessoal com funções não policiais, se encontra publicada na Ordem de Serviço n.º 57 II Parte de 09ABR2009, e já distribuída a todos os Comandos, estabelecimentos de Ensino e Unidades Especiais.

22 de Maio de 2009. — O Director, *Miguel Mendes*.

201829397

Despacho (extracto) n.º 12782/2009

Por despacho datado de 12 de Maio de 2009 do Director Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, foi autorizado o regresso à efectividade de serviço da PSP, com destino à Direcção Nacional, do assistente administrativo especialista (M/1876) — Amílcar Gervásio Silva Mendes Florindo, transitando nos termos do n.º 4 do artigo 88.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 97.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro na modalidade de nomeação para contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico, ficando na posição remuneratória entre a 4.ª e 5.ª e nível remuneratório entre 9 e 10 com efeitos à data da apresentação no serviço.

22 de Maio de 2009. — O Director, *Miguel Mendes*.

201829404

Despacho (extracto) n.º 12783/2009

Em 21 de Abril de 2009 caducou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por efeito da passagem à situação de reforma do Docente, *Rui Edgar Babo de Castro*, nos termos dos artigos 251.º alínea c) e 254.º n.º 1, da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, que aprova o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

22 de Maio de 2009. — O Director, *Miguel Mendes*.

201829437

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**Declaração de rectificação n.º 1377/2009**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 20 de Maio de 2009, o Despacho n.º 12100/2009, rectifica-se que onde se lê “.....O Director-Geral, Manuel Jarmela Palos.”, deve ler-se “.....O Director Nacional, Manuel Jarmela Palos”.

22 de Maio de 2009. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

201829623

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 12784/2009**

Autorizo o mestre em Direito Miguel José Lopes Romão a beneficiar das excepções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 26 Maio.

A presente autorização produz efeitos à data da nomeação do Dr. Miguel José Lopes Romão para o meu Gabinete, conforme o despacho n.º 30 242/2008, publicado no *Diário da República*, n.º 228, de 24 de Novembro.

22 de Janeiro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

201833154

Despacho n.º 12785/2009

A Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, aprovou a nova orgânica da Polícia Judiciária e estabeleceu a missão, atribuições e tipo de organização interna deste corpo superior de polícia criminal.

O Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro, definiu as competências das unidades da Polícia Judiciária e as unidades territoriais, regionais e locais existentes, estabelecendo ainda, nos n.ºs 5 do artigo 16.º, 4 do artigo 17.º e 3 do artigo 20.º, que o Laboratório de Polícia Científica, a Unidade de Telecomunicações e Informática e a Unidade de Perícia Financeira e Contabilística podem dispor de delegações junto das unidades territoriais.

Por sua vez, a Portaria n.º 306/2009, de 25 de Março, regulou o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Polícia Judiciária.

Importa por isso, tendo em conta os princípios de modernização administrativa e melhoria da qualidade dos serviços públicos, bem como os efectivos ganhos de eficiência obtidos, fixar as delegações das unidades e as unidades territoriais em que funcionam.

Assim:

Ao abrigo dos n.ºs 6 do artigo 16.º, 5 do artigo 17.º e 4 do artigo 20.º, todos do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro, determino:

1 — O Laboratório de Polícia Científica tem três delegações nas unidades territoriais da Polícia Judiciária:

- a) Uma delegação, com a natureza de área, na Directoria do Norte;
- b) Uma delegação, com a natureza de núcleo, na Directoria do Centro;
- c) Uma delegação, com a natureza de núcleo, na Directoria do Sul.

2 — A Unidade de Telecomunicações e Informática tem uma delegação, com a natureza de sector, na Directoria do Norte.

3 — A Unidade de Perícia Financeira e Contabilística tem uma delegação, com a natureza de sector, na Directoria do Norte.

4 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

18 de Maio de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

201833024

Despacho n.º 12786/2009

O normal exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em todas as circunstâncias, independentemente do papel que possam assumir no processo penal, é uma das principais preocupações do Estado de direito democrático, em especial no que respeita à actividade policial.

Assim, nos termos da alínea d) do artigo 199.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 272.º da Constituição da República Portuguesa, aprovo o Regulamento das Condições de Detenção em Instalações da Polícia Judiciária e em Locais de Detenção Existentes nos Tribunais e em Serviços do Ministério Público, anexo ao presente despacho.

19 de Maio de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO

Regulamento das Condições de Detenção em Instalações da Polícia Judiciária e em Locais de Detenção Existentes nos Tribunais e em Serviços do Ministério Público

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se a todos os locais de detenção existentes nas instalações da Polícia Judiciária e sob administração desta, dos Tribunais e de serviços do Ministério Público, e a todas as pessoas que, por qualquer motivo, se encontrem detidas nesses locais.

Artigo 2.º

Conceitos

Para efeitos do presente regulamento:

- a) São de detenção os locais onde permaneçam pessoas detidas;
- b) Considera-se detenção toda a privação da liberdade por período não superior a quarenta e oito horas, bem como a condição da pessoa sujeita ao procedimento de identificação do artigo 250.º do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II

Informações e medidas urgentes

Artigo 3.º

Regras e princípios fundamentais

1 — Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua detenção e

dos seus direitos, podendo exercê-los a partir do momento da privação material da liberdade.

2 — A privação da liberdade contra o disposto na Constituição da República Portuguesa e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado.

Artigo 4.º

Informações imediatas

1 — É obrigatória a afixação nos locais de detenção, de forma bem visível, de painel com informação sobre os direitos e os deveres dos detidos, contendo a transcrição integral dos artigos 27.º a 33.º da Constituição da República Portuguesa, 61.º, 250.º, 192.º, n.º 2, 194, n.º 8, aplicáveis *ex vi* artigo 260.º, todos do Código de Processo Penal.

2 — A mesma informação deve constar de folheto disponível em vários idiomas, contendo também a indicação sumária dos direitos e deveres da pessoa detida, a entregar, pelos responsáveis da Polícia Judiciária, dos Tribunais ou dos serviços do Ministério Público, consoante o caso, a quem se encontre nessa situação.

3 — A informação dos direitos de constituir advogado e de comunicar com familiar, pessoa de confiança, embaixada ou consulado, bem como a entrega do folheto informativo referido no número anterior, devem ficar documentadas, lavrando-se termo de notificação e entrega, que deve ser assinado pelo detido. A situação de recusa em assinar deverá ficar consignada no mesmo.

4 — A informação referida no número anterior é efectuada numa língua que o detido compreenda, solicitando-se a presença de intérprete sempre que necessário.

Artigo 5.º

Contactos urgentes

1 — O detido tem o direito de contactar imediatamente advogado ou defensor.

2 — O detido tem o direito de informar imediatamente familiar ou pessoa da sua confiança sobre a situação em que se encontra.

3 — O detido estrangeiro tem o direito de contactar imediatamente com as autoridades consulares do seu país.

4 — Para exercício dos direitos referidos nos números anteriores, deve ser facultada ao detido a utilização de telefone do serviço responsável pela detenção, quando inexistir telefone público.

Artigo 6.º

Assistência urgente

1 — Após a detenção, o detido deve ser ajudado, na medida do possível, na resolução de problemas pessoais urgentes, designadamente os relacionados com os cuidados e a guarda de menores ou idosos na sua dependência, deixados sem vigilância em virtude da detenção.

2 — A ajuda referida no número anterior deve ser prestada, em tempo útil, pelo serviço que efectuou a detenção, sem prejuízo da obrigação de diligenciar, junto das autoridades competentes, pela assistência posterior necessária.

Artigo 7.º

Informação ao detido do falecimento ou de doença grave de familiar

Todo o detido deve ser informado imediatamente do falecimento ou doença grave de parente próximo.

Artigo 8.º

Segurança e bens do detido

1 — Previamente à entrada do detido no local da detenção, deve ser garantido que na sua posse não se encontra qualquer bem ou objecto que possa fazer perigar a sua integridade física ou a de terceiros ou a segurança do local.

2 — Sempre que, nos termos do n.º 1, sejam retirados ao detido quaisquer bens ou objectos, é elaborada uma listagem desses bens, em formulário próprio, registada, numerada e com identificação do respectivo processo, que deve ser assinada pelo detido e pelo responsável pela diligência, nos momentos da recolha e da devolução.

3 — Todos os objectos do detido devem ser conservados em lugar seguro até ao momento da devolução.

Artigo 9.º

Revistas

As revistas feitas ao abrigo do artigo 251.º do Código de Processo Penal são feitas em lugar reservado, sempre que possível por pessoa do mesmo sexo, sem prejuízo da adopção das medidas de segurança necessárias em razão da perigosidade do detido.